

2024

BALANÇO PATRIMONIAL - CULTSP PRO	pág. 02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - CULTSP PRO	pág. 03
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA (RAI) - CULTSP PRO	pág. 04

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares reais (R\$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
		<i>(Reapresentado)</i>				<i>(Reapresentado)</i>	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	43.018	8.270	Fornecedores	11	663	68
Contas a receber	6	238	410	Obrigações tributárias	13	367	30
Adiantamentos	7	140	25	Obrigações trabalhistas	12	672	-
Tributos a compensar	8	29	27	Adiantamentos		-	20
Despesa antecipada		99	25	Projetos a executar	14	32.850	704
Partes relacionadas	9	874	1	Partes relacionadas	9	884	-
		44.398	8.758			35.436	822
Não circulante				Patrimônio social	15		
Imobilizado	10	1.614	141	Superávit acumulados		10.576	8.077
		1.614	141			10.576	8.077
Total do ativo		46.012	8.899	Total do passivo e do patrimônio líquido		46.012	8.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Recursos governamentais - Contrato de gestão		5.503	2.459
Recursos captados		3.272	63
Receitas financeiras		464	-
Total das receitas com restrições	16	9.239	2.522
Despesas com restrições			
Despesas com pessoal	17	(3.432)	(112)
Serviços prestados por terceiros	18	(4.389)	(1.058)
Energia elétrica e telecomunicações		(34)	-
Despesas gerais e administrativas	19	(987)	(1.054)
Exposições e eventos		(212)	(190)
Impostos, taxas e contribuições		(93)	(35)
Despesas financeiras		(12)	(0)
Outras despesas		(79)	(64)
Depreciações e amortizações		(1)	(9)
Total das despesas com restrições		(9.239)	(2.522)
Resultado das atividades com restrições		-	-
Receitas sem restrições			
Captação projetos culturais		6.604	1.900
Outras receitas		-	822
Receitas financeiras		839	780
Total das receitas sem restrições	20	7.443	3.502
Despesas sem restrições			
Despesas com pessoal	17	(447)	(6)
Serviços prestados por terceiros	18	(2.487)	(155)
Despesas gerais e administrativas	19	(1.750)	(475)
Impostos, taxas e contribuições		(85)	(80)
Despesas financeiras		-	(3)
Depreciações e amortizações		(175)	-
Total das despesas sem restrições		(4.944)	(719)
Resultado das atividades sem restrições		2.499	2.783
Superávit do exercício		2.499	2.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024
Com o relatório dos auditores independentes

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (MATRIZ)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores

Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG (Matriz)

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG – Matriz (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG – Matriz em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção para as notas explicativas nº 2 e nº 3, que detalham a base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de auxiliar a Administração na visualização segregada das operações da matriz em 31 de dezembro de 2024. Essas demonstrações financeiras não devem ser utilizadas para outros fins. Este relatório é destinado exclusivamente às partes especificadas e não devem ser distribuídos a terceiros. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, em decorrência de ajustes para correção de erros identificados referente ao exercício anterior, determinados valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme previsto pela *NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, examinamos também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluímos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de maio de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1

**DIEGO DEL
MASTRO**
MONTEIRO:3890
2980871

Assinado de forma digital
por DIEGO DEL MASTRO
MONTEIRO:38902980871
Dados: 2025.03.13
08:40:39 -03'00'

Diego Del Mastro Monteiro
CRC-1SP302957/O-3

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares reais (R\$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
		<i>(Reapresentado)</i>				<i>(Reapresentado)</i>	
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	43.018	8.270	Fornecedores	11	663	68
Contas a receber	6	238	410	Obrigações tributárias	13	367	30
Adiantamentos	7	140	25	Obrigações trabalhistas	12	672	-
Tributos a compensar	8	29	27	Adiantamentos		-	20
Despesa antecipada		99	25	Projetos a executar	14	32.850	704
Partes relacionadas	9	874	1	Partes relacionadas	9	884	-
		44.398	8.758			35.436	822
Não circulante				Patrimônio social	15		
Imobilizado	10	1.614	141	Superávit acumulados		10.576	8.077
		1.614	141			10.576	8.077
Total do ativo		46.012	8.899	Total do passivo e do patrimônio líquido		46.012	8.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Recursos governamentais - Contrato de gestão		5.503	2.459
Recursos captados		3.272	63
Receitas financeiras		464	-
Total das receitas com restrições	16	9.239	2.522
Despesas com restrições			
Despesas com pessoal	17	(3.432)	(112)
Serviços prestados por terceiros	18	(4.389)	(1.058)
Energia elétrica e telecomunicações		(34)	-
Despesas gerais e administrativas	19	(987)	(1.054)
Exposições e eventos		(212)	(190)
Impostos, taxas e contribuições		(93)	(35)
Despesas financeiras		(12)	(0)
Outras despesas		(79)	(64)
Depreciações e amortizações		(1)	(9)
Total das despesas com restrições		(9.239)	(2.522)
Resultado das atividades com restrições		-	-
Receitas sem restrições			
Captação projetos culturais		6.604	1.900
Outras receitas		-	822
Receitas financeiras		839	780
Total das receitas sem restrições	20	7.443	3.502
Despesas sem restrições			
Despesas com pessoal	17	(447)	(6)
Serviços prestados por terceiros	18	(2.487)	(155)
Despesas gerais e administrativas	19	(1.750)	(475)
Impostos, taxas e contribuições		(85)	(80)
Despesas financeiras		-	(3)
Depreciações e amortizações		(175)	-
Total das despesas sem restrições		(4.944)	(719)
Resultado das atividades sem restrições		2.499	2.783
Superávit do exercício		2.499	2.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit do exercício	2.499	2.783
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.499</u>	<u>2.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Descrição	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.229	6.229
Superávit do exercício	2.783	2.783
Ajuste (filial 07) - Transferência de saldos (projeto MMA)	(935)	(935)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.077	8.077
Superávit do exercício	2.499	2.499
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.576	10.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	2024	2023 <i>(Reapresentado)</i>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.499	2.783
Ajustes para reconciliar o superávit dos exercícios com Os recursos provenientes com atividades operacionais		
Depreciação e amortização	176	9
Ajustes de exercícios anteriores	-	(935)
Varição em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução em contas a receber	172	525
(Aumento) redução em adiantamentos	(115)	1
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(3)	(5)
(Aumento) redução em bloqueio judicial	-	(4)
(Aumento) redução em depósito caução	-	(15)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(73)	47
(Aumento) redução em transferências	(873)	90
Aumento (redução) em fornecedor	595	6
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	672	-
Aumento (redução) em obrigações tributárias	337	(16)
Aumento (redução) em adiantamentos	(19)	321
Aumento (redução) em transferências	884	(582)
Caixa gerado nas atividades operacionais	4.252	2.225
	-	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(1.649)	(111)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.649)	(111)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contrato de gestão/leis de incentivos	32.145	(3.459)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	32.145	(3.459)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	34.748	(1.345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.270	9.615
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	43.018	8.270
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	34.748	(1.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão (“Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, regido pelo seu Estatuto e pelas disposições aplicáveis a este tipo de associação privada, com sede na Avenida Rio Branco, número 01, sala 2010, Centro, Rio de Janeiro, constituída em abril de 2001 e qualificada atualmente como organização social no âmbito da cultura, meio ambiente e educação pelos Governos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pelos Municípios de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O IDG – Instituto de Desenvolvimento e Gestão surgiu há quase 24 anos com a missão de desenvolver o potencial de pessoas e organizações por meio das artes, da cultura, da educação e do meio ambiente, sempre orientado pelas melhores práticas de Governança Corporativa Internacional. Possui sólida experiência em modelagem de projetos, captação e gestão de recursos públicos e privados, além de execução e curadoria de produtos culturais e educativos, além de ser signatário do Pacto Global da ONU: a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

A Entidade tem por finalidades sociais: a) organizar, manter e desenvolver a cultura, a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e ensino no Brasil; c) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) realização ou participação de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidades educacionais, culturais e sociais.

1.1 Projetos

A seguir, apresentamos os contratos em andamento no exercício, vinculados ao CNPJ Matriz e suas filiais, naturezas contratuais, bem como suas características e a descrição de suas operações.

CAIS DO VALONGO (CONSULADO AMERICANO E STATE GRID – XINGÚ RIO)

O Sítio Arqueológico Cais do Valongo, situado na Zona Portuária do Rio de Janeiro, foi declarado em jul/2017 pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial.

Em 2018, o IDG firmou contrato com o **Consulado Americano** de prestação de serviços com o objetivo de atuar na intervenção e preservação, conservação e valorização do sítio arqueológico/histórico e em 2019, o IDG firmou novo contrato com a empresa State Grid - Xingú Rio Transmissora de Energia S.A, para atuar especificamente na iluminação, sinalização direcional, guarda corpo, educação patrimonial, divulgação e comunicação e módulos expositivos de acolhimento ao visitante/turista.

O evento de entrega ocorreu em nov/2023 e o Projeto foi encerrado no final de 2024, com previsão de entrega da prestação de contas. Seguimos aguardando o termo de encerramento do projeto para o primeiro semestre de 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

MEMORIAL DO HOLOCAUSTO – Termo de cooperação técnica

Em abr/2019, o IDG firmou contrato de consultoria junto a Associação Cultural Memorial do Holocausto “ACMH” para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos da curadoria e expografia e plano de gestão para o Museu do Holocausto.

Em fev/2020 firmamos o contrato para gerenciamento, implantação, captação de recursos e gestão, com vigência até jul/2022, que incluía proposta de museografia, o desenvolvimento do anteprojeto do plano de gestão, o projeto para enquadramento na Lei Federal de Incentivo à Cultura e o anteprojeto do Plano de Captação de Recursos para a fase de implantação do *Memorial*.

O IDG captou mais de R\$ 16.000 em leis de incentivo para o projeto.

Em nov/2022 o IDG firmou o Termo de Cooperação Técnica junto a ACMH, visando a co-gestão executiva e operação do equipamento cultural *Memorial do Holocausto* com vigência de 01/12/2022 até 30/04/2023. A gestão do IDG findou em 30/04/2023. Desse total de R\$ 560, o IDG recebeu o montante de R\$ 324, restando ainda R\$ 236 a ser pago. Atualmente o Instituto tem um valor a receber em aberto de R\$ 236, que está negociando junto Associação Cultural Memorial do Holocausto “ACMH” com objetivo de saldar este valor em 2025.

MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira) – CT1865/2023

Em fev/2022, o Instituto firmou um Instrumento Particular de Doação, CT1865, com o Instituto Ibirapitanga, com vigência de 12 meses, até jan/2025, com o objetivo de reformular a expografia da exposição de longa duração do MUHCAB e complementá-la com recursos audiovisuais e cenográficos. Foi intenção do DOADOR patrocinar, parcialmente, o Projeto, por meio da Doação de recursos financeiros (“Doação”).

MUSEDUCA – CONTRATO Nº 12097/2024 OEI/SEDUC-RS

Em jan/2025 o Instituto, através de sua Matriz, celebrou o Contrato nº 12097/2024, com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura-OEI, para o desenvolvimento do Plano Museológico e do Plano de Gestão do Museu da Educação para o Amanhã (MUSEDUCA), situado no Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo “A”, do Edital.

FORTE DE NORONHA - Contrato de Concessão nº 001/2022

Em fev/2022, o Instituto firmou o Contrato de Concessão nº 001-/2022, e o Primeiro Termo Aditivo com a Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha, com vigência de 10 anos, até 2033, participando do **CONSÓRCIO DIX / PENTÁGONO / IDG**, formado pelas pessoas jurídicas Dix Empreendimentos LTDA, CNPJ: 04.409.762/0001-05, Pentágono Investimentos Eireli, cujo objeto do contrato é a concessão onerosa de uso do espaço físico da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, ou “Forte dos Remédios”, para fins de gestão e manutenção do equipamento público.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

O Instrumento Particular de Constituição de Consórcio, informa que a Dix e a Pentágono possuem ao todo 90% e o IDG possui 10% de participação na execução dos serviços nos direitos, nas obrigações, nas receitas, nos custos e na partilha de riscos e resultados decorrentes do Consórcio, bem como que considerando a natureza do IDG como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sua participação no Consórcio é limitada à realização de atividades e serviços relacionados ao seu objeto social e não envolve, em nenhuma hipótese, aporte de recursos financeiros, nem mesmo em caso de necessidade de cobertura de déficits ou prejuízos do Consórcio, exceto através de retenção de distribuição de dividendos para o IDG, na proporção de sua participação no Consórcio, até que ocorra a equalização dos investimentos realizados pelo Consórcio para a execução contratual. Desta forma, a Dix e a Pentágono são responsáveis por arcar com todos os custos decorrentes do Contrato de Concessão, motivo pelo qual o IDG não necessita de reserva financeira para arcar com o projeto.

MUSEU DAS AMAZÔNIAS – ACORDO DE COOPERAÇÃO - Nº 001/2024

Em mar/2024 o Instituto, mediante CNPJ da Matriz, celebrou o Acordo de Cooperação nº 001/2024, junto ao Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Cultura – Secult, referente à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidas junto ao Museu das Amazônia, que será um dos principais legados da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em 2025 e que envolvem captar recursos necessários para a implementação do Museu, apoiar e acompanhar a execução das ações do Projeto, Desenvolvimento e implantação da expografia, museografia, curadoria, plano museológico, plano de gestão e realização de obras internas de adequação arquitetônica dos galpões para implantação do Museu das Amazônia, que será um museu a céu aberto instalado no Porto Futuro II e terá quatro eixos temáticos: Amazônia Milenar – que promove os saberes ancestrais indígenas; Amazônia Secular – um olhar para os ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, seringueiros, pescadores e outros povos que ocupam a região há séculos; Amazônia Degradada – alertando para o risco sobre a região e o mundo; e Amazônia Possíveis – um debate sobre os rumos do bioma.

Foram firmados também três Memorandos de Entendimento com os órgãos patrocinadores: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF e Instituto Cultural Vale para patrocínio deste projeto por 18 meses.

CultSP PRO – CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2024

Em ago/2024 o Instituto, celebrou o Contrato de Gestão nº 01/2024, com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias criativas, para operacionalização da gestão e execução do novo programa de formação CultSP PRO – Escola de Profissionais e de Empreendedores da Cultura, com 120 cursos de formação em mais de 17 municípios do Estado de São Paulo, com vigência de 60 meses, até jul/2029 e com repasses mensais dos recursos financeiros necessários a execução do Projeto, conforme prazos e valores estipulados no Anexo V ao Contrato. Os cursos são todos gratuitos e organizados em seis níveis de aprendizagem, cada um voltado para proporcionar o conhecimento e as habilidades necessárias para avançar na carreira, com entrega de certificado na sua conclusão.

O Edifício Oswald de Andrade, sede do Programa, está se consolidando como um importante polo cultural no coração do Centro de São Paulo. Em 2024, foram realizadas mais de 670

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

atividades no espaço incluindo eventos, ações culturais, aulas etc, atraindo um público de mais de 18 mil pessoas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Entidades sem fins lucrativos (*ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro*).

As demonstrações financeiras são referentes apenas às operações do CNPJ e estão sendo apresentadas separadas apenas para atender as necessidades da Administração na visualização da Matriz de forma segregada.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Entidade em 10 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o IDG se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do IDG. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.3 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou a necessidade de reconhecer eventuais perdas.

3.4 Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Registram os numerários em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço e não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.6 Contas a receber

As contas a receber são basicamente oriundas da remuneração da Entidade pela coordenação dos Projetos e da captação de recursos incentivados aos Projetos e são registradas por seu valor justo.

3.7 Adiantamentos a terceiros

Compreendem valores adiantados aos prestadores de serviços por conta de entrega futura de serviços a Entidade e adiantamento de férias de funcionários.

3.8 Adiantamentos para despesas

Na rubrica adiantamento despesas de Projetos refere-se ao Fundo Soberano, que é um Fundo de Reserva da Instituição, que está aplicado e que será baixado à medida que for utilizado.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), acumuladas, quando necessário.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

No Museu do Amanhã e demais Projetos por Contrato de Gestão, todo imobilizado é de propriedade da Prefeitura e do equipamento, pois foram adquiridos com recurso público.

Na Matriz, todo o imobilizado pertence ao IDG e se encontra na sede do Instituto.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as taxas apresentadas abaixo.

Itens	Taxa anual	Anos de vida útil
Máquinas e equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Móveis e utensílios	10%	10
Equipamentos de informática	20%	5

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

3.11 Fornecedores

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço.

3.12 Obrigações trabalhistas

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.13 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.12 Novas normas, revisões e interpretações

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente:

Alterações na IAS 1/CPC 26 (R1) – Divulgação de Políticas Contábeis: Para que uma entidade classifique passivos como não circulantes em suas projeções financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação desses passivos por pelo menos doze meses a partir da data do balanço patrimonial.

Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Esclarece as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais sobre esses acordos. Os requisitos de divulgação incluídos nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos arranjos de financiamento de fornecedores sobre as obrigações da entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.

Alterações na IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar para mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação de venda e leaseback, garantindo que o vendedor-arrendatário não reconheça nenhum valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que mantém.

A administração da Entidade avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Normas novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes:

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2025 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

Alterações na IAS 21/CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: Falta de conversibilidade;

Alterações na IFRS 7/CPC 40 e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos Referenciados à Dependência de Energia Natural;

Alterações na ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Separadas, Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;

IFRS 10 / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos Entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Conjunto;

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

IFRS 19 – Subsidiárias Sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

A administração da Entidade está avaliando as novas normas ainda não vigentes que possam ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

4. Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Atendendo aos requisitos da *NBC TG 23 (R2) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*, a Entidade preparou a reapresentação e reclassificação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”. No exercício de 2024, a Entidade realizou um levantamento de suas correções, conforme abaixo:

Passivo e patrimônio social	Ref.	31/12/2023 Reapresentado	Ajuste	31/12/2023 Anteriormente apresentado
Circulante				
Fornecedores		68	-	68
Obrigações tributárias		30	-	30
Adiantamentos	(a)	20	(3.364)	3.384
Projetos a executar		704	-	704
		822	(3.364)	4.186
Patrimônio social				
Superávit acumulados	(a)	5.294	3.364	1.930
Superávit do período		2.783	-	2.783
		8.077	3.364	4.713
Total do passivo e PL		8.899	-	8.899

(a) Ajuste decorrente de erro de período anterior para equalização de apresentação dos valores devidos junto ao Projeto Fundo Mata Atlântica.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
a) Caixa e equivalente de caixa – SR		
Caixa	1	1
Banco conta movimento – SR	84	3
Aplicações financeiras – SR	10.319	7.942
Total de caixa e equivalente de caixa	10.404	7.946
b) Caixa e equivalente de caixa – CR		
Banco conta movimento – CR	8.006	2
Aplicações financeiras – CR	24.608	322
Total de caixa e equivalente de caixa - CR	32.614	324
	43.018	8.270

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

As aplicações financeiras são em moeda nacional, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	2024	2023
Instituto Ibirapitanga	-	144
Associação Cultural Memorial (a)	236	236
Outros	2	30
	238	410

(a) O montante de R\$ 236 refere-se a títulos do contrato de gestão firmado com a Associação Cultural Memorial. Embora o projeto tenha sido encerrado, permanecem pendentes duas notas fiscais, de números 121 e 123. A área Comercial renegociou a dívida, e estamos aguardando sua quitação.

A composição dos títulos a receber por suas respectivas datas de vencimentos está assim demonstrada:

Aging-list	2024	%	2023	%
Vencido de 360 e 720 dias	236	99%	-	-
Vencido de 180 e 360 dias	-	-	236	58%
Não vencidos	2	1%	174	42%
	238	100%	410	100%

7. Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamento salarial	9	-
Depósitos judiciais e caução	35	25
Adiantamento a fornecedor	96	-
	140	25

8. Tributos a compensar

	2024	2023
INSS a compensar	29	27
	29	27

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

9. Partes relacionadas

	2024	2023
Ativo		
IDG INSTITUCIONAL	829	-
IDG MDA	38	1
IDG FAV	7	-
	874	1
Passivo		
IDG MATRIZ	829	-
IDG - PAÇO	6	-
IDG - MDA	3	-
IDG - BIBLIOTECA	18	-
IDG - FAV-MUFA	10	-
IDG - MMA	18	-
	884	-

Operações de conta corrente entre entidades do grupo, sem incidência de atualização monetária ou data de vencimento.

10. Imobilizado

	2023	Adições	Baixas	2024
Custo				
Máquinas e equipamentos	6	4	-	10
Móveis e utensílios	14	368	-	382
Equipamentos de informática	46	794	-	840
Equipamentos de telecomunicação	11	5	-	16
Benfeitorias	76	478	-	554
	153	1.649	-	1.802
Depreciação acumulada	(12)	(176)	-	(188)
Total líquido	141	1.473		1.614
	2022	Adições	Baixas	2023
Custo				
Máquinas e equipamentos	-	6	-	6
Móveis e utensílios	14	-	-	14
Equipamentos de informática	17	29	-	46
Equipamentos de telecomunicação	11	-	-	11
Benfeitorias	-	76	-	76
	42	111	-	153
Depreciação acumulada	(2)	(10)	-	(12)
Total líquido	40	101		141

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

11. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	663	68
	663	68

12. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
INSS	205	-
Provisão de férias e encargos	400	-
FGTS	60	-
Demais obrigações	7	-
	672	-

13. Obrigações tributárias

	2024	2023
IRRF a recolher	81	2
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	10	6
Cofins a recolher	153	10
INSS retido na fonte a recolher	23	3
ISS retido na fonte a recolher	3	4
ISS a recolher	97	5
	367	30

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

14. Projetos a executar

	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	DEMAIS ATIVOS	DEMAIS PASSIVOS	SALDO FINAL PROJETOS A EXECUTAR
Descrição - 2024				
IDG				
Memorial do Holocausto Itaú 14183	33	236	-	269
Projeto MUHCAB Ibirapitanga	10	-	-	10
Projeto Museu das Amazônia	16.267	-	-	16.267
BB 42024-7 (CultSP PRO)				
PRESTAÇÃO (06)	16.304	-	-	16.304
	32.614	236	-	32.850
Descrição - 2023				
IDG				
Cais do Valongo - Consulado Itaú 13046-5	85	-	-	85
Cais do Valongo - State Grid Itaú 14449-0	52	-	-	52
Memorial do Holocausto Itaú 14183	42	236	-	278
Projeto MUHCAB Ibirapitanga	145	144	-	289
	324	380	-	704

15. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da constituição da Entidade. Se a Entidade vier a ser dissolvida, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente, após a restituição dos bens doados aos associados doadores e fundadores, a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou qualquer outro que vier a substituí-lo.

16. Receitas com restrições

	2024	2023
Recursos governamentais - Contrato de gestão	5.503	2.459
Recursos captados	3.272	63
Receitas financeiras	464	-
	9.239	2.522

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Valores expressos em milhares de reais (R\$)

17. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salário	1.694	-
Encargos Sociais	675	1
Benefícios	433	-
Férias e 13º salário	578	-
Outras com pessoal	499	117
	3.879	118

18. Serviços prestados por terceiros

	2024	2023
Assessoria contábil	7	33
Consultoria e assessoria	903	210
Limpeza	204	61
Administração e manutenção	3.306	330
Serviços especializados	2.257	576
Segurança e vigilância	199	3
	6.876	1.213

19. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	1.791	1.010
Acervo	9	37
TI/Tecnologia/Telefonia	456	129
Comunicação	416	352
Materiais	65	1
	2.737	1.529

20. Receitas sem restrição

	2024	2023
Captação de projetos culturais	6.604	1.900
Outras receitas	-	822
Receitas financeiras	839	780
	7.443	3.502

21. Voluntariado

Atendendo à resolução nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade durante os exercícios de 2024 e de 2023, onde as receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício da Matriz em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (Matriz)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

Menciona-se a aplicação para fins de padronização do conceito utilizado em toda entidade. Em 2024, o IDG reconheceu o montante de R\$ 67 (R\$ 63 em 2023), referente aos trabalhos voluntários dos membros integrantes dos órgãos da administração.

Por definição estatutária a Entidade não remunera, a qualquer título, os seus conselheiros.

22. Contingências

A Entidade no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, ou cível, para as quais constitui provisão quando aplicável, com base nas estimativas de seus assessores jurídicos. Não existem processos com probabilidade de perda provável, dessa forma, não há qualquer registro nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nas estimativas feitas pelos assessores jurídicos, a entidade possui processos trabalhistas classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 48.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nas estimativas feitas pelos assessores jurídicos, a entidade possui processos fiscais classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 1.131 (R\$ 963 em 2023).

23. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e nas associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superavit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superavit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social – PIS – contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

Conforme entendimento com nossos Advogados, especialistas fiscais, obtendo também pareceres de consideráveis escritórios Advocatícios e de nossa Contabilidade, o Instituto, pela representação de seus Diretores, entendeu ser viável a aplicabilidade de isenção de Cofins para as receitas de Royalties (percentual do faturamento das lojas comerciais que operam dentro do Equipamento Cultural) e também para os reembolsos operacionais, (receitas para as quais emitimos um simples recibo, estando vinculado e decorrendo dos contratos de sub-

permissões de espaço, dos parceiros operacionais) e, portanto, os quais têm a mesma finalidade e consequência jurídica, que se dá pela aplicação, dessas receitas, única e exclusivamente no Projeto, seguindo a mesma sorte da decisão adotada pelos pareceristas e pela Diretoria para a extensão da interpretação de isenção referente ao COFINS, não havendo, portanto, recolhimento sobre essas receitas.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

24. Gerenciamento de risco

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; e
Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade.

A Administração da Entidade tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Entidade mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país. Para o Contas a receber, a Entidade mitiga o risco acompanhando mensalmente a posição financeira de seus associados e as respectivas inadimplências, efetuando as cobranças quando necessário.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre seus ativos junto com as saídas esperadas de seus passivos.

25. Cobertura e seguros (Não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Entidade e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração da Entidade fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.



SERGIO
MENDES:01425415750
014.254.157-50

Emitido por: AC
SyngularID Multipla

Data: 13/03/2025



RAFAEL ATALLA
MOREIRA:12513665708
125.136.657-08

Emitido por: AC
Certisign RFB G5

Data: 13/03/2025

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse <https://assinatura.projuris.com.br/scad/protocolos/assinaturas>, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".



Código de verificação:

9eaaa937-5f66-4843-a4e1-182dabe51806

CHAVE:

A2B8273C3F585CC7D4039E5A5E8613E46853BD35BD0FDA8E6FEC607FB9CACCF4

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em "Baixar documento assinado".

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 13/03/2025 02:36 (UTC).

Nome do documento: 001_protocolo_assinaturas_01.DFs2024_IDG_Matriz.pdf

Algoritmo: SHA256

Hash: 7C91DA8B37D6FBED15109C84C637AB4709C2B05778124BF27099D419405AF8CF

Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas, porém uma ou mais assinaturas requerem sua atenção.

- ✓ O documento é autêntico e não foi adulterado.
- ✓ Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- ✓ As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- ✓ A assinatura deste documento segue o padrão PDF
- ⚠ Uma ou mais datas não são certificadas

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 13/03/2025 02:36 (UTC).

DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 11:40 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** DIEGO DEL MASTRO MONTEIRO:38902980871
 - **Validade:** 17/10/2024 02:41 (UTC) - 17/10/2025 02:41 (UTC)
- **Situação:**
 - ✓ Assinatura íntegra
 - ✓ Certificado válido
 - ✓ Identidade reconhecida
 - ✓ Assinatura Eletrônica Qualificada
 - ✓ A assinatura esta de acordo com a sua política
 - ⚠ Não utiliza Carimbo do Tempo

RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 01:48 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** RAFAEL ATALLA MOREIRA:12513665708
 - **Validade:** 14/06/2024 02:56 (UTC) - 14/06/2025 02:56 (UTC)
- **Situação:**
 -  Assinatura íntegra
 -  Certificado válido
 -  Identidade reconhecida
 -  Assinatura Eletrônica Qualificada
 -  A assinatura esta de acordo com a sua política
 -  Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 13/03/2025 01:48 (UTC)
 - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50151
 - **Situação:** Válido

Rafael Atalla Moreira

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 01:48 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 200.201.181.226
 - **Email:** rafael.atalla@mcsmarkup.com.br

SERGIO MENDES:01425415750

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 02:33 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Certificado:**
 - **Tipo do certificado:** A1
 - **Emitido por:** SERGIO MENDES:01425415750
 - **Validade:** 26/02/2025 04:37 (UTC) - 26/02/2026 04:37 (UTC)
- **Situação:**
 -  Assinatura íntegra
 -  Certificado válido
 -  Identidade reconhecida
 -  Assinatura Eletrônica Qualificada
 -  A assinatura esta de acordo com a sua política
 -  Carimbo válido
- **Carimbos:**
 - **Carimbo do Tempo de Assinatura**
 - **Data e hora:** 13/03/2025 02:33 (UTC)
 - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50151
 - **Situação:** Válido

Sergio Mendes

- **Data da assinatura:** 13/03/2025 02:34 (UTC).
- **Tipo:** Assinatura Digital
- **Evidências:**
 - **IP:** 177.26.94.240
 - **Email:** sergio.mendes@idg.org.br

